

Economistas indicam os riscos da transição

Inflação acelerada destrói as políticas de câmbio e de juros e desarma o governo

A menor distância entre o otimismo e o pessimismo é dada pelas previsões dos economistas para 1990. Haverá recessão com qualquer tipo de ajuste, prevê o professor Celso Martone, da Faculdade de Economia da USP. Sem política de ajuste, também haverá recessão, mas desordenada e “provocada pela hiperinflação como solução cruel para o impasse”, acrescenta seu colega Adroaldo Moura da Silva. Antônio Kandir, da Unicamp, prefere não falar em risco iminente de hiperinflação. Se ela ocorrer, no entanto, haverá o caos, porque as massas de pobres amontoadas nas grandes cidades literalmente não terão meios normais de sobrevivência, explica o economista. O menos sombrio durante a divulgação da carta de conjuntura do Conselho Regional de Economia, ontem, foi o presidente da entidade, Sidelval Aroni. Ele só presidiu a reunião e não fez comentários. Aroni havia acabado de divulgar à imprensa, noutra reunião, a alta do custo de vida da classe média paulistana em novembro, 41,7%.

O principal ponto de acordo entre Moura da Silva, Martone e Kandir foi o menos discutido: para implantar uma política de combate à inflação o Executivo precisará vencer limites institucionais (reformas da Constituição podem ser inevitáveis) e isso dependerá de um formidável

apoio político. Para Moura da Silva, aparentemente o mais pessimista dos três, a curto prazo o governo só disporá de um meio de ação — uma política monetária estritamente ortodoxa, com “brutal conteúdo recessivo”.

Previsão é de recessão, seja qual for o ajuste

Essa política só funcionará, no entanto, segundo Martone, se o governo controlar não só a expansão da moeda em sentido estrito (dinheiro em poder do público mais depósito à vista), mas também do volume de títulos representativos da dívida pública. Isso significa: para aplicar com êxito um verdadeiro aperto monetário, o governo precisará gastar somente o dinheiro arrecadado e, assim, ficar livre de tomar mais empréstimos no mercado financeiro interno. Não poderá fazê-lo, no entanto, se não tiver meios políticos de reduzir seus gastos de custeio, como salários, por exemplo. Em outras palavras: para implantar uma política de déficit zero em termos de caixa, o Executivo necessitará previamente de um acordo político. Mas o Congresso, lembrou Moura da Silva, estará “com um olho nas eleições de outubro próximo e outro nos interesses clientelistas, corporativistas e cartorialistas que hoje o infestam”.

O rápido aumento da inflação cria dois riscos muito próximos, de acordo com Adroaldo Moura da Silva. Com os preços crescendo em ritmo cada vez mais intenso, será muito difícil manter juros reais positivos. Fi-

cará cada vez mais complicado, portanto, evitar uma situação de pânico financeiro (em novembro, segundo seus cálculos, quem aplicou dinheiro em títulos do governo perdeu 1% em termos reais). Além disso, o aumento de preços cada vez mais veloz neutraliza a desvalorização cambial, cria expectativa de um ajuste maior (mídi ou máxi), estimula o adiamento das exportações e a antecipação de importações. Há, portanto, o risco de uma crise cambial no início do ano.

Martone concorda com a possibilidade de um cenário traumático no período entre a eleição e a posse — um risco, segundo ele, maior no caso de uma vitória do PT, porque suas teses “têm maior chance de produzir um pânico financeiro, que seria o estopim da hiperinflação”. Martone admitiu depois, no entanto, a possibilidade de alguma tranquilidade se o eleito anunciar com rapidez uma equipe básica de governo e um programa. Uma hipótese ainda melhor: a de um “governo a quatro mãos” a partir daí.

Implantada uma nova política e criada a necessária confiança na estabilização da moeda, o governo também poderia, segundo Martone, mudar a política da taxa de câmbio. O governo manteria o controle sobre o fluxo dos dólares, mas deixaria a fixação de seu valor ao mercado.

No final do debate, os economistas foram convidados a resumir suas opiniões num comentário. Adroaldo Moura da Silva foi exemplarmente sucinto: “Eu só queria que não houvesse hiperinflação”.